

A chacina na ponte

Governador do Pará compara-se a Cristo para justificar o massacre de Marabá – o maior desde Canudos. Pelas contas da Polícia Federal, ainda faltam 73 garimpeiros

Cynthia Peter*



A PM fechou as duas saídas. E passou a atirar



Gueiros deu a ordem. E tem muito orgulho disso

Não houve massacre maior, na história recente do Brasil – pelo menos desde que, no dia 1º de outubro de 1897, as 3ª e 5ª brigadas do Exército, após despejarem 90 bombas de dinamite sobre Canudos, na Bahia, invadiram o povoado e, num combate feroz homem-a-homem, passaram pela baioneta algumas dezenas de sertanejos rebelados. Os adeptos do Conselheiro tinham armas nas mãos, em Canudos, e, nos combates com tropas do Exército, sempre fizeram uso delas. Estavam desarmados os trezentos e poucos garimpeiros que, no final da tarde, início da noite de 29 de dezembro de 1987, dia de São Bonifácio, foram cercados pelos dois lados da ponte sobre o rio Tocantins, na rodovia PA-150, a dez quilômetros de Marabá, Sul do Pará, e trucidados por 500 soldados da PM paraense, sendo que, pelos cálculos de um relatório inicial da Polícia Federal, morreram “entre duas ou três dezenas” de garimpeiros (até agora,

apareceram três corpos).

Coisa ruim é melhor não ver. Embora estejam prontamente dispostos a alardear a defesa da ordem pública, sobretudo quando se trata de ameaçar operários em greve, nem o presidente da República, José Sarney, nem o ministro da Justiça, Paulo Brossard, nem o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, revelaram o menor interesse pelo sanguinolento assunto, que, no entanto, passará a honrar o atual governo com uma expressiva menção na história da violência no País. Do retumbante silêncio que acometeu as altas autoridades, só parece ter escapado, mesmo assim muito de passagem, o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, que despachou um enviado para Marabá no dia seguinte.

Quem ordenou a chacina mirase, com edificante modéstia, no exemplo de Jesus Cristo. Imbuído, com certeza, do espírito das mensagens natalinas, o governador Hélio Gueiros reclamou que vem sendo bombardeado por protestos de

“entidades de esquerda” e disse que a atitude delas, sobretudo das Comissões Pastorais da Terra, “é uma repetição do mesmo, injusto e absurdo julgamento de 20 séculos atrás, quando uma turba envenenada e ensandecida preferiu condenar Cristo e louvar e adorar Barrabás”. De qualquer modo, Gueiros não se faz de modesto; orgulha-se de ter dado a ordem para desalojar os garimpeiros da ponte.

Quem comandou, no *front*, a carnificina se apresenta, santamente, como um missionário. O tenente-coronel Reinaldo Pessoa, do 4º Batalhão da Polícia Militar de Marabá, encara os acontecimentos “de consciência tranqüila” e está disposto a responder a qualquer inquérito. “Nós tivemos uma missão de desobstruir a ponte”, diz o coronel Pessoa. “Lamentamos que tenha havido duas mortes, mas foi uma conseqüência da missão que recebemos.”

Não foram duas mortes, mas “um verdadeiro massacre”, reiterou o delegado Wilson Perpétuo, da

(*) Colaborou Edvan Feitosa, de Belém



Antes do ataque: o acordo com os garimpeiros chegou 15 minutos atrasado

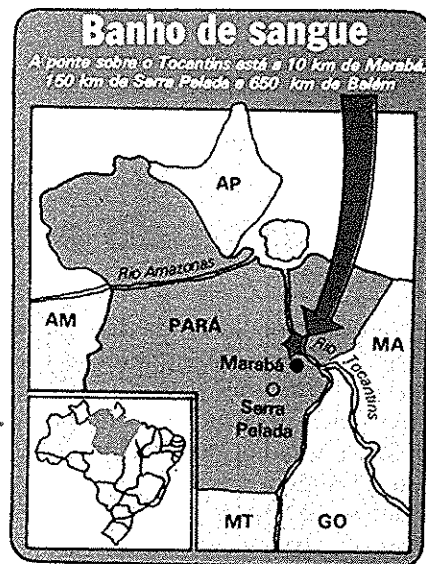
Polícia Federal, no seu relatório confidencial a Tuma – cuja forma final consigna 73 garimpeiros ainda desaparecidos, além de três mortes. Além disso Pessoa, embora tenha atingido a patente de tenente-coronel, o que pressupõe alguns anos de casa, na PM, parece ignorar algumas noções básicas de seu trabalho, como a de que, para desalojar de algum local pessoas armadas, não é exatamente necessário atirar diretamente na direção delas – e com balas de verdade. Ou que, se essas mesmas pessoas estão numa ponte, e se quer, de fato, apenas retirá-las de lá, e não trucidá-las, convém deixar uma saída para que elas possam sair – e não bloqueá-

las, propositalmente, como ocorreu na PA-150.

O tenente-coronel Pessoa, da PM paraense, talvez possa alegar em sua defesa que o que ele mandou fazer é o que outros oficiais da PM fazem, continuamente, em missões semelhantes, pelo País afora. Em maio de 1986, convocado a dispersar uma manifestação de bóias-frias em greve, na cidade de Leme, Norte de São Paulo, o batalhão de choque da PM, enviado especialmente da capital por ordem do secretário da Segurança do governo Franco Montoro, atirou na multidão e matou duas pessoas que sequer participavam do protesto. Prontamente, o superintendente da PF, Romeu

Tuma, e o seu chefe, o ministro Paulo Brossard, atribuíram as mortes a deputados do PT que participavam da manifestação. Em abril do ano passado, a brigada para militar inventada por Jânio Quadros usou balas de verdade contra invasores de terra na cidade de São Paulo, matando um deles.

Serra Pelada, onde se sucedem conflitos entre garimpeiros e a polícia, é hoje local privilegiado para exibição de truculência de parte a parte. O caldeirão ferve, porque o ouro se esconde em buracos mais profundos e sua exploração, da forma primitiva, artesanal, como é feita, torna-se uma tarefa arriscada, sobretudo na temporada das chuvas. Os garimpeiros pedem ajuda ao governo. O governo promete, mas não cumpre. A tensão, que existe praticamente desde que se achou



ouro ali, em janeiro de 1980, com a pronta instalação de dois mil aventureiros, é de fácil combustão. O governador Hélio Gueiros riscou o fósforo, no dia 29, quando tudo parecia se encaminhar para um acerto pacífico.

Um dos que teciam o entendimento resolveu, dessa vez, contar a verdade. Néelson Marabuto, policial de formação, ex-subsecretário da Segurança do governo Moreira Franco, emissário do Ministério do Interior nas tratativas com o garimpo, contou o que viu. Como prêmio por sua coragem, foi encostado no ministério, pelo ministro João Alves. Marabuto, antes da punição, contou detalhadamente a *Senhor* o que aconteceu, no Sul do Pará,

antes da carnificina.

Dia 27/12. Uma emissora de rádio de Marabá anuncia que a Polícia Federal vai deixar o garimpo. Os garimpeiros inquietam-se. Logo, decidem antecipar uma manifestação marcada para o dia 5 de janeiro. Querem fechar a ponte que serve à rodovia e à Ferrovia de Carajás. O dia é consumido nos preparativos.

Nélson Marabuto, é acordado por volta de 1h40 da madrugada de 27 para 28, por um telefonema que informa: quatro mil garimpeiros embarcavam em ônibus e em caminhões-caçamba para enfrentar 160 quilômetros de viagem, até a ponte sobre o rio Tocantins, na PA-150. Ali, já os esperavam as lideranças: o presidente do Sindicato dos Garimpeiros, Fernando Marcolino Guimarães, e a líder da Associação de Mulheres dos Moradores, Maria Alzira, entre outros. Maria Alzira, para se ter uma idéia, é mãe de um filho que atende pelo nome de Lênin Marx Mao.

Ficam, em Serra Pelada, dez mil



Luis Novates

Marabuto: uma solução sem tiros

garimpeiros em assembléia permanente. O cabeça do movimento, Victor Hugo Cardoso, faz informes sobre a situação, do alto de um palanque. O pessoal que ficou em Serra Pelada ficaria responsável pelo apoio logístico, recolhendo dinheiro, comprando bois e gêneros, para abastecer a turma que acamparia sobre a ponte. Ao longo da PA-150, montam-se piquetes.

Dia 28/12. Onze da manhã. Nelson Marabuto narra os aconteci-

mentos ao ministro João Alves, do Interior. O ministro aconselha Marabuto a seguir para Marabá. Tem atribuições para buscar negociações, em nome do governo federal.

Cinco da tarde, chegada a Marabá. Do aeroporto, segue diretamente para a ponte. Estão estacionadas ali umas três centenas deles. Não há clima de sublevação. O enviado do governo pede a palavra. Explica, primeiro, que o pretexto para a antecipação da manifestação não existe mais: a Polícia Federal continua em Serra Pelada. É a garantia dos garimpeiros contra quem sonha em desalojá-los de lá. Fora isso, a reivindicação dos garimpeiros continua sendo uma só: o rebaixamento imediato das cavas.

Marabuto se dirige, em seguida, para a sede da Prefeitura de Marabá, onde a comissão se reunirá. Dali, fica mais fácil conversar com Brasília e com o ministro João Alves. Mal sai da ponte, depara, a distância, com um caminhão apinhado de policiais militares, estacionado na beira da estrada. Um tenente, sentado na boléia, está no

Um torpedo a céu aberto

A triculenta investida da Polícia Militar paraense para desobstruir, no dia 29 do mês passado, a PA-150 não desarmou a bombarelógio ativada pelo governo federal no dia em que legitimou o gigantesco garimpo de ouro. Isso ficou por conta de uma decisão política do governo federal, na semana passada, de investir - sem base técnica - Cz\$ 70 milhões no garimpo.

Na avaliação de técnicos do próprio governo e geólogos de grandes mineradoras, o desespero que levou à manifestação tem origem em dois fatores não removíveis por ações puramente policiais: a corrosiva temporada de chuvas que já se iniciou na região e as amarras que a nova Constituição poderá impor na generosidade do governo para com os garimpeiros. Dois fatores que detonam um processo de luta contra o tempo, no qual milhares de garimpeiros, empurrados por pouco mais de uma dezena de donos de

barrancos - os únicos que realmente se enriquecem em Serra Pelada - têm de obter cerca de Cz\$ 70 milhões antes que os desabamentos provocados pelas chuvas aumentem ainda mais o custo da obra e a nova Constituição torne o governo mais cauteloso com o dinheiro público.

Uma cautela que fica patente no fato de o ministro do Interior, João Alves, ter questionado, duas semanas antes da manifestação, um investimento a fundo perdido, sem nenhuma base técnica. O relatório apresentado pelo atual coordenador da Junta Interventora do garimpo, Nelson Marabuto - ex-presidente da Funai e ex-subsecretário de Segurança do Rio, no começo do governo Moreira Franco -, esquecia de acrescentar às justificativas para a obra levantamentos geológicos sobre o potencial de produção de ouro. E isso por uma boa razão. Segundo técnicos da CVRD, toda a extração de ouro de Serra Pelada, até

agora, foi norteada por estudos e levantamentos feitos pela empresa antes de ter sua concessão invadida, no começo da década. Pesquisas já mapearam o potencial aurífero da região até uma profundidade de 240 metros, onde hoje estão os garimpeiros. Abaixo disso é uma incógnita.

A gradual queda na produtividade do garimpo poderia exigir, agora, uma obra de rebaixamento. Mas, ainda que a produção de ouro não fosse parcialmente desviada e que o nível de recuperação do metal ultrapassasse os atuais 40% obtidos pelas rudimentares técnicas utilizadas em Serra Pelada, a relação custo-benefício da obra seria desfavorável. Daí o interesse dos "empresários" do garimpo em que o governo assumira os custos da empreitada, quando, ainda segundo esses técnicos, a obra deveria e poderia ser feita em 83, ou mesmo antes, quando os garimpeiros começaram a explorar os níveis mais ricos de Serra Pelada.

Diante desses dados, os conselhos do corpo técnico da CVRD, quando ele é consultado pelo go-

comando. Por que estão ali? “Estamos só vendo”, responde o tenente. Quando chega à Prefeitura de Marabá, o enviado do governo federal encontra-se com o tenente-coronel Pessoa, comandante do 4º Batalhão. Expõe a ele sua preocupação com a presença ostensiva de policiais, a pouca distância da ponte. O coronel acata a preocupação. Diz a Marabuto que o governador Hélio Gueiros, pessoalmente, lhe pedira para evitar qualquer violência.

Oito e meia da noite, 28/12, começam as negociações. Estão envolvidos nelas o enviado do governo federal, os líderes de Serra Pelada, o prefeito de Marabá, Hamilton Bezerra, e o deputado federal Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), que dizia falar em nome do governador Gueiros. A negociação não se arrasta por muitas horas. Logo, acerta-se um acordo preliminar: o governo se encarrega de promover um rebaixamento imediato das cavas, menor do que o pretendido pelos garimpeiros, mas já suficiente para que a exploração de ouro volte à Serra Pelada, sem grandes riscos

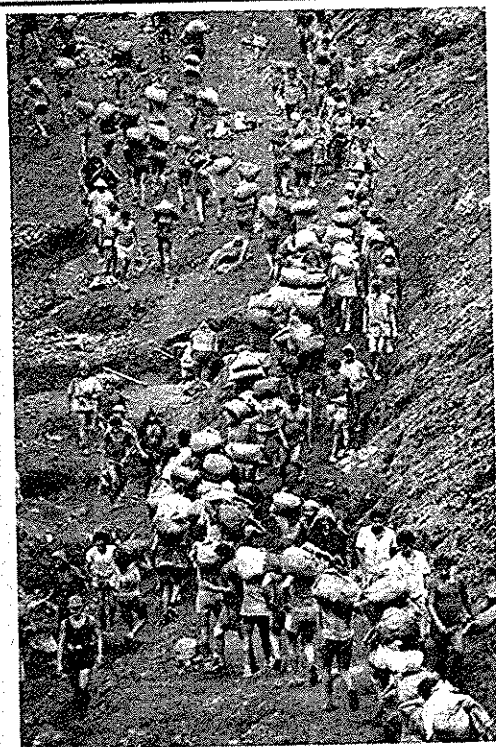
de desabamentos. Junto com o rebaixamento de 250 mil metros cúbicos, o governo implantaria um novo sistema de bombeamento, para retirar a água armazenada pelas chuvas no fundo do imenso buraco de Serra Pelada. Custaria tudo Cz\$ 70 milhões. O massacre da noite de São Bonifácio seria evitado a um custo pelo menos 50 vezes inferior ao dinheiro que o governo federal destinou, semanas atrás, para proteger as empresas do sr. Mathias Machline, amigo do presidente Sarney.

Onze da noite, 28/12. O acordo está redigido. Os participantes da negociação o assinam – inclusive o deputado Asdrúbal, que se apresentou como emissário do governo do Estado.

Dia 29/12, uma da madrugada. Ainda na Prefeitura de Serra Pelada, Nelson Marabuto, representante do governo federal nas negociações, recebe um telefonema de Serra Pelada. As lideranças de lá, sempre em assembleia permanente, ameaçam endurecer. Avisam que pode ser que aceitem o acordo se-

lado em Marabá. Mas a assembleia da classe é que decidirá. Preocupado, Marabuto convida Asdrúbal Bentes e João Athaide Gonzalez, secretário-nacional de cooperativismo e membro da Junta Interventora de Serra Pelada, a acompanharem-no até o garimpo. No quilômetro 100 da PA-150, encontram um grupo de 50 garimpeiros desarmados. Eles estão em estado de choque. Faziam parte de um piquete na estrada, quando um destacamento da PM de Xinguara passou por lá. Rendeu-os todos, saquearam seus bolsos, roubaram seus relógios e arrastaram alguns deles pelo chão, com brutalidade. Mostram, no asfalto, os sinais da violência.

Quatro da madrugada, dia 29/12. Chegada a Serra Pelada. Seguem, com 15 representantes do garimpo, para o posto da PF. Novas negociações serão mantidas. O acordo não está definido porque, na verdade, os garimpeiros apresentam três listas diferentes de reivindicações.



Juca Martins/F 4

Serra Pelada: perigosa e inviável

verno a respeito da dúvida sobre se investe ou não os recursos necessários às obras de rebaixamento, resumem-se numa posição bem clara: nenhum dinheiro sem antes uma bem conduzida pes-

quisa sobre o potencial do garimpo. Uma postura que as lideranças garimpeiras atribuem à tentativa da empresa de afastá-los de Serra Pelada para que possa retomar a concessão. E para corroborar essa tese, eles não poupam esforços. Da acusação de que a CVRD falsifica os dados que comprovam com o fato de que a região já produziu três vezes mais ouro do que os técnicos da estatal afirmavam ser possível à de que o helicóptero da empresa – batizado de Trovão Vermelho – passava sobre o garimpo, rumo a Carajás, apenas para provocar desabamentos nos barrancos, tudo é atribuído às maquinacões da CVRD para se apoderar da região.

O maquiavelismo da Vale, se é que existe, não vai a tanto. De paupável, a única iniciativa mais ardilosa da empresa talvez tenha sido a de ter escolhido um local complicado para a separação do ouro, no começo da exploração de Serra Pelada, apostando na forma rudimentar de exploração efetuada pelos garimpeiros. A estatal visou, com isso, concentrar os detritos numa determinada área

para, desativado o garimpo, recuperar o ouro.

A investida dos garimpeiros contra a empresa é, no entanto, justificável. A CVRD, apesar da posição de neutralidade que hoje assumiu – desviando, inclusive, os seus helicópteros do espaço aéreo de Serra Pelada – é, estranhamente, a única mineradora que se opõe à atividade garimpeira tal como vem sendo efetuada hoje – onde assume nítidas características empresariais, efetuando um trabalho que se situa entre o garimpo tradicional e uma atividade mineradora.

Os empresários do setor, por seu turno (*Senhor* nº 354), estão totalmente divididos. Baratinados pela falta de regras no setor e pela falta de segurança dos investimentos em pesquisa – geólogos dessas empresas afirmam que, hoje, só compensa fazer levantamentos de reservas em regiões comprovadamente de difícil exploração garimpeira – não são raros os que entre eles, para gozar do beneplácito do governo, já estão inclusive registrados como garimpeiros.

João Carlos Leal